

Inovação em Economia Solidária: um desafio no campo político

Autoria: Pedro de Almeida Costa, Rosinha da Silva Machado Carrion

Resumo

O presente artigo apresenta um modelo teórico para a análise e interpretação das inovações em curso no campo da Economia Solidária. Inscreve-se no paradigma da Gestão Social e justifica-se pela ausência de referencial adequado à análise e interpretação de práticas inovadoras em empreendimentos e redes solidárias. Foi construído a partir da constatação da insuficiência da Teoria Econômica da Inovação, para interpretar dados de pesquisa empírica realizada, em 2006, em dezessete solidários, à luz do referido paradigma. Ao articular as noções de desenvolvimento, território e governança estabelece as condições para o diálogo entre a Gestão Social e a área de Estudos Organizacionais, e chama a atenção para a contribuição que outras disciplinas, tais como a geografia humana, a ciência política e a sociologia, têm a aportar para a construção de modelos de análise cujo foco é o universo da Economia Solidária. O modelo proposto não se propõe como definitivo, mas quer provocar uma discussão sobre a construção de um referencial analítico adequado para as inovações em Economia Solidária.

Introdução

A Economia Solidária vem se revelando um intrigante campo de experiências organizacionais e interorganizacionais que desafiam os paradigmas dominantes de gestão e os seus respectivos arcabouços teórico-conceituais. Basta ver o espaço que vem conquistando em publicações, nacionais e internacionais, bem como nos principais eventos da área de Administração. No entanto, e como decorrência do quadro de disciplinas que compõe a formação dos administradores brasileiros, as categorias de análise disponíveis têm se revelado insuficientes para dar conta da complexidade dos problemas heurísticos introduzidos pelas pesquisas de campo. Os autores do presente artigo depararam-se com tal limitação em 2006, ao tentarem analisar os dados de pesquisa empírica realizada em dezessete empreendimentos solidários e, na rede de organizações apoiadoras formada em torno deles. O referencial teórico adotado, na ocasião, a Teoria Econômica da Inovação e a Teoria das Redes, não permitia dar conta da diversidade das inovações com as quais nos deparávamos. Esta a motivação inicial para a construção do modelo de análise objeto do presente artigo, no qual nos propusemos a dialogar com disciplinas do campo das Ciências Humanas e Sociais.

A Economia Solidária tem se mostrado como um intrigante campo de experiências organizacionais e interorganizacionais que desafiam os paradigmas dominantes de gestão e os seus respectivos arcabouços teórico-conceituais. Por isso, a reflexão que foi empreendida para a construção do modelo de análise que é apresentado neste artigo procurou dialogar com outras disciplinas que enriquecessem o campo dos Estudos Organizacionais, fazendo-o alargar-se o suficiente para captar a complexidade oferecida pelo objeto empírico: os empreendimentos solidários e as redes de apoio e trocas que se formam em torno deles. Por se tratar de construção em processo, nosso objetivo antes do que propor um modelo *definitivo* de análise – o que seria destituído de sentido – é estimular o debate acadêmico em torno da necessidade de trazer para o seio do debate teórico da Gestão Social e dos estudos em Economia Solidária, o aporte heurístico de outras disciplinas tradicionalmente não consideradas.

Para dar suporte a este exercício partiu-se de três noções teóricas, as quais, articuladas entre si, permitiram a construção de um olhar transdisciplinar sobre o objeto: o *desenvolvimento*, o *território* e a *governança*. O *desenvolvimento*, em sua qualidade de noção complexa e contraditória, exprime o sentido de movimento, de mudança, de processo, mas também de ideologia que busca instituir, como verdade universal, aquilo que não é mais do que uma certa visão de mundo e da sociedade. O que significa dizer que por remeter ao campo da ciência política, necessita ser problematizado, para servir de suporte aos estudos em Gestão Social e em Economia Solidária. Sobretudo tendo-se presente, a matriz de valores que a acompanha. Já a segunda noção: o *território*, não apenas remete à redes de relações sociais, e transborda em muito os limites físicos do “local”, como introduz a dinâmica das práticas culturais donde a necessidade de incluir para analisá-lo contribuições do campo da Sociologia. Por fim, a noção de *governança*, remete a um conjunto normativo, mais ou menos explícito de regras e procedimentos que visa ordenar as práticas sociais. Ou seja, trata da questão da regulação. Nesse sentido, é pensada no presente trabalho, enquanto ferramenta de Gestão Social, que materializa o *ethos* administrativo da Economia Solidária.

Estruturado a partir da desconstrução e reconstrução crítica das noções acima referidas, o artigo visa contribuir para a construção de modelos de análise capazes de apreender a complexidade da inovação no campo da Economia Solidária. A seguir, apresentamos e comentamos o modelo proposto e indicamos algumas possibilidades empíricas de testagem e validação do mesmo. Com isso se pensa em estar iniciando uma discussão sobre os fundamentos metodológicos para análise das inovações em Economia Solidária, como uma área de interesse dos Estudos Organizacionais. O modelo procura discutir o que seria inovar nesse campo, uma vez que o referencial da Teoria Econômica da Inovação não é suficiente para responder a essa indagação, por se restringir a aspectos econômicos dos processos e práticas de gestão dos empreendimentos e das redes solidárias. Portanto, ao mesmo tempo em que o modelo aponta, do ponto de vista metodológico, um quadro de análise para o objeto, propõe, igualmente, um conceito de inovação em Economia Solidária.

Por ser *um* conceito e não *o* conceito sobre o tema, ele está posto para discussão e debate, para ser estudado, criticado, melhorado, rechaçado. Nasce do esforço epistemológico para entender a dinâmica de inovação de um determinado espaço, de uma determinada rede e, mesmo que tal esforço tenha procurado construir um conceito relativamente genérico, as particularidades do seu processo de construção devem ser tidas como características marcantes do modelo proposto, o que não o permite reclamar para si uma eficácia heurística universal – que de qualquer modo não é a intenção do artigo. Até mesmo por contemplar na sua proposta a noção de território, o conceito proposto é permeável aos contornos e atores locais do desenvolvimento, organizados sob mecanismos de governança.

Desenvolvimento como processo político

Uma das lacunas das discussões sobre desenvolvimento é não se questionar a dimensão política do desenvolvimento. Para Coraggio (2003), a discussão sobre desenvolvimento ainda é econômica e não política. A falta de discussão política leva a basicamente dois problemas, de onde se originam muitos outros: primeiro não se discute qual economia se quer, simplesmente continua se falando em crescimento econômico, geração de empregos, atração de investimentos estrangeiros, etc.; segundo, esse processo fortalece as relações políticas tradicionais e verticais que, recursivamente, mantém estreita a visão de desenvolvimento.

Becker (2000) abre um caminho crítico interessante quando assinala uma questão fundamental sobre a consistência dos projetos de desenvolvimento regional. Enquanto as respostas locais aos desafios globais se limitam a buscar condições de competitividade nesse cenário, sem questionar as suas regras, as regiões se mantêm como agentes passivos do desenvolvimento, pois não oferecem soluções criativas e autônomas. Já nos movimentos nascidos a partir da mobilização social, há programas que configuram, esses sim, respostas peculiares e culturalmente contextualizadas. Quando as soluções brotam do próprio tecido social, a partir de interações horizontais entre os agentes locais, elas exprimem aspirações autênticas e catalisam o comprometimento desses agentes com a sua consecução.

Santos Jr. et.al. (2004) também identificam que os arranjos de atores sociais na discussão das políticas públicas criam estruturas e práticas horizontais de participação capazes de gerar capital social e realimentar esse ciclo de maior protagonismo político dos atores locais. Tais constatações permitem inferir que o desenvolvimento possui uma evidente dimensão *política*. De Sardan (1995) recorre ao conceito de *arena* para definir a reunião de diferentes atores em torno de um projeto de desenvolvimento. Na arena, existe uma disputa de poder, inerente a qualquer relação social, a partir dos diferentes recursos de que dispõem esses atores.

Para Coraggio (2003), a credibilidade das articulações coletivas parte do *público não estatal*, se constrói na pluralidade e representatividade dos atores sociais envolvidos. Há algumas resistências a essas práticas democráticas sob a idéia de ingovernabilidade e inexequibilidade, falta de comando, etc. Na verdade trata-se de uma mudança paradigmática de controle coletivo e democrático dos processos, um controle ampliado, uma governança. A participação, assim, não seria um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim um recurso indispensável, assim como a solidariedade não é uma restrição ao interesse particular, mas sim um instrumento forte que pode ajudar a alcançá-lo. Bandeira (2000) identifica cinco justificativas diferentes para a relevância da participação da sociedade nos processos de desenvolvimento. A participação (i) confere sustentabilidade e eficácia aos programas, (ii) favorece a boa governança desse processo, (iii) gera capital social, (iv) aumenta a capacidade de competição sistêmica e (v) fortalece as identidades regionais e culturais.

Braga (2001) lembra que existe o risco de o discurso da participação servir para legitimar estratégias de dominação que em nada contribuem para o aperfeiçoamento democrático. Becker (2003b) reforça esse argumento ressaltando a sutil diferença entre a construção *pseudo-consensual* de capital social e um processo com radicalidade democrática.

Entendida a dimensão política como elemento constituinte da sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, e dada a complexidade que ela carrega intrinsecamente, por representar as diferenças entre os atores implicados, é preciso se pensar como coordenar e conduzir esse diálogo, respeitando, simultaneamente, a diversidade e os conflitos, e a necessidade de se obter resultados que levem qualquer grupo social ao alcance do que ele propor como desenvolvimento para si. Para lidar com a necessidade de organização política do processo de desenvolvimento, é importante o conceito de governança, que será retomado adiante.

Ao revisar experiências de inclusão social no Brasil na década de 1990, Silveira et.al.(2001) percebem que um dos traços marcantes dessas iniciativas é exatamente a criação de novos espaços de interlocução entre os atores sociais, que podem ser identificados como *arenas*, e de novas institucionalidades que se estabelecem para promover essa coordenação, ou, se for preferível, a governança. Barth e Brose (2002)

falam de inovações na gestão pública para definir as práticas participativas propostas nos tratados de cooperação técnica do governo alemão no Rio Grande do Sul. Essas inovações envolvem maior mobilização social, formação de lideranças comunitárias e uma revisão da relação entre Estado e Sociedade.

É preciso escapar de uma conceituação maniqueísta em que se pense que o desenvolvimento, ou é uma política deliberada e centralizada, onde há um agente e um paciente, ou é um processo que acontece naturalmente a partir de um ambiente, e onde a intervenção e as ações afirmativas são tidas como invasivas. Entre esses dois pólos, há um *continuum* de diferentes possibilidades de interação entre atores locais na realização do que Silveira et al. (2001) chamaram de *potencial de nucleação* das experiências de desenvolvimento, ou seja, a capacidade de agregar novas parcerias e desencadear novas ações.

O fato de existir a iniciativa de algum ator social específico na proposição de alguma política de desenvolvimento não significa, necessariamente, uma intervenção sectária e autoritária. O reconhecimento do papel central do Estado na organização e institucionalização dos espaços de governança, discutido rapidamente no capítulo anterior, ilustra claramente esse ponto de vista. O que é preciso é que as arenas de discussão abertas sejam permeáveis a outras forças interessadas no desenvolvimento, caracterizando o seu aspecto democrático e plural. Se não fosse assim, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações e outras formas de organização não teriam sentido na dinâmica social.

Portanto, ***Desenvolvimento será entendido, neste trabalho, como uma construção coletiva voltada para a materialização de um projeto político de sociedade.*** Ser uma construção coletiva tem uma dupla implicação: primeiramente, é uma construção porque não está dado *a priori*, é preciso que se conheça – e reconheça - o conjunto de aspirações existentes entre quem participa da construção. Ou seja, é um processo histórica e culturalmente localizado; em segundo lugar, é coletivo porque pressupõe uma coordenação político-institucional democrática - governança - que contemple a diversidade e a pluralidade de aspirações, bem como propicie espaço e tempo para as suas manifestações e interações recíprocas.

Estar voltado para a realização de um projeto político de sociedade significa partir de um questionamento das idéias dominantes, atualmente tidas como a única via, inescapável e inquestionável. É, portanto a busca de uma realização que se dá o direito de colocar em dúvida o reducionismo econômico, o utilitarismo, o individualismo e a competição como valores centrais e universais.

Nesta concepção de desenvolvimento, o adjetivo *sustentável* agrega a noção de que esse processo de construção se sustenta através da possibilidade de uma ampla participação democrática viabilizada por inovações institucionais. Pode-se acrescentar que, ao mesmo tempo em fortalece o processo de construção do desenvolvimento, a participação democrática deve ser um fim desse mesmo processo. Dito de outra forma, a dimensão política, sem precedência sobre, e sem prejuízo de quaisquer outras dimensões que se queira identificar na noção de desenvolvimento, é uma fonte da sua sustentabilidade e simultaneamente, deve ser uma busca permanente dentro desse processo.

Desenvolvimento e território

Se o desenvolvimento é admitido e reconhecido como uma proposta política de organização social, política, econômica e cultural, é preciso uma *vigilância epistemológica* severa sobre algumas das suas categorias constitutivas, que se prestam muito facilmente para serem tomadas como uma função instrumental do próprio

crescimento econômico. Tal risco de confusão com a própria idéia positivista de crescimento econômico Becker (2003) identifica no desgastado conceito de *capital social*, por exemplo, quando afirma que “[...] as dimensões culturais de organização social dos processos pretéritos estão sendo retomados como algo ‘novo’ e/ou ‘inovador’” (BECKER, 2003, p.89).

Nesse sentido, o autor reforça outras críticas ao trabalho de Putnam (2000), segundo as quais a sua concepção de capital social reputa algumas situações históricas como determinantes do sucesso dos processos de desenvolvimento de uma região, condenando, por outro lado, regiões depreciadas cultural, política e economicamente à estagnação. Para Bagnasco (1998), economista italiano, as assimetrias nos processos de desenvolvimento regional da Itália, que são a base empírica da teoria de Putnam, se devem menos ao capital social, que em um sentido de regressão histórica, um dia encontraria um momento a partir do qual nada de concreto, nenhuma *cultura cívica* existiria, que pudesse justificar diferenças intrínsecas entre regiões. Para o autor, o desenvolvimento assume feições diferenciadas de acordo com o lugar, de acordo com a sua conjuntura e com as inovações, e não se pode afirmar que isso seja uma decorrência direta da cultura cívica.

O crescimento da chamada Terceira Itália, fora do *triângulo fordista* do norte daquele país ilustra, segundo Bagnasco (1998), uma inovação nos processos de relação entre vários pequenos empreendimentos, que desenvolveram assim um denso e extenso mercado que impulsionou a economia regional e pode, inclusive, ter favorecido o desenvolvimento de capital social. Esse quadro relativiza a assertiva de Putnam de que é o capital social que geraria o crescimento e a performance econômica.

Para Hintze (2004) a adoção do termo capital social por organismos como o Banco Mundial, como fonte potencializadora das políticas de desenvolvimento e de erradicação da pobreza, não passa de um *travestismo terminológico* que não contribui para a compreensão e resignificação do fenômeno e não aponta para soluções e propostas para a superação dos problemas. Além disso, como reforça Santos Jr. (s/d, p.18), “a pobreza urbana é a expressão mais perversa da ausência da cidadania”, portanto pobreza e cidadania são partes de uma única discussão, e não duas opções mutuamente excludentes. Tal acepção de capital social, como uma sociabilidade geradora de laços de confiança e cooperação que garantam a coesão social, se presta a distorções, segundo as quais novamente se neguem os conflitos e os dissensos naturais dos grupos sociais, se negue a dimensão política e histórica do desenvolvimento.

Desse raciocínio, depreende-se que o capital social não pode ser visto como uma panacéia do desenvolvimento, pois ele mesmo depende de processos de organização e mobilização social para se impor e validar como vetor de desenvolvimento. Coraggio (2003) aponta que a confiança pode ser construída, ela não precisa necessariamente existir *a priori*, e os processos de concertação e governança democrática tendem a criar ou fortalecer esses laços.

A reificação desse conceito poderia camuflar a emergência de uma cidadania genuína e eficaz, fácil e docilmente substituída por uma idéia de mobilização natural e homogênea em torno da competitividade econômica dos territórios, e nascida no vazio político. Oliveira (2001) lembra que a sociedade civil não pode ser reduzida ao desenvolvimento local, ou a uma *conceituação apaziguadora* qualquer. Não se trata de falar sobre um desenvolvimento local que

[...] tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o

novo nome do público não-estatal, essa confusão semântica proposital [...] (OLIVEIRA, 2001, p.24).

O desenvolvimento que se quer discutir é aquele que reconhece o conflito como seu constituinte, como uma qualidade que lhe é imanente e lhe confere uma riqueza de possibilidades e de potencialidades a serem exploradas pela discussão democrática, e que tudo isso não fique subsumido em uma única categoria analítica totalitária e totalizante. É evidente, entretanto, que a categoria *capital social* possui, sim, uma validade heurística significativa. Apenas se sublinha que ela necessita ser entendida a partir de um rigor conceitual. Hintze (2004) prefere o conceito de *capital social* de Bourdieu ao de Putnam, o primeiro intrinsecamente ligado à produção e circulação do capital financeiro, de caráter estruturalista, em contraposição à perspectiva cultural de Putnam. Estando ligado ao capital econômico, o capital social, na concepção de Bourdieu, teria seu volume dependente do volume de capital econômico, e seus processos de produção, acumulação e reprodução igualmente atados a este último.

O capital social é o conjunto dos recursos atuais e potenciais vinculados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento; ou dito de outro modo, ao pertencimento a um grupo, no qual seus membros estão unidos por vínculos permanentes e úteis que se baseiam em intercâmbios materiais e simbólicos (BOURDIEU, 2001, *apud* HINTZE, 2004). Abramovay (2000) salienta que a convergência entre as abordagens do capital social e do território, analisada mais adiante nesta seção, permite um olhar diferenciado sobre o seu objeto de estudo, o desenvolvimento rural. Território e capital social determinam, desse modo, uma perspectiva para o estudo do desenvolvimento, no qual a proximidade espacial dos atores implicados é relevante.

À proximidade espacial corresponde uma proximidade social (BOURDIEU, 1998b), e

[...] é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores [...]” que, por seu turno, “[...] permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade (ABRAMOVAY, 2000, p.2. Grifos do autor).

Ou seja, a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é egoísta. [...] O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência. [...] Em última análise, o capital social corresponde ao *ethos* de uma certa sociedade (ABRAMOVAY, 2000, p.4-5-6).

Outra categoria fundamental para se pensar o desenvolvimento, mencionada anteriormente nesta seção, é o território. Abramovay (2000 e 2001), Reis (1988 e 2005), Schneider e Tartaruga (2005), Botazzi (1994), Lotta e Martins (2004) reforçam as idéias de Milton Santos (1994) para revalorizarem o território como constituinte do desenvolvimento, depois de a onda de pensamento neoliberal tê-lo reduzido a pó. Na verdade, pode-se afirmar que *desenvolvimento* e *território* são conceitos imbricados e que uma discussão política do desenvolvimento deve passar, necessariamente pela relação entre ambas.

Para Abramovay (2000), o território torna-se importante porque é nele que se cria e desenvolve o capital social. O capital social é produtivo, porque permite que se desenvolvam relações que sem ele não seriam estabelecidas. O capital social provocaria o aperfeiçoamento do tecido social, o adensamento das relações. Portanto, o desafio do

desenvolvimento territorial passaria pela “[...] construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento que vão exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região” (p.12)

Milton Santos fala de um retorno ao território. Com isso, o geógrafo brasileiro quer registrar, primeiramente, que o neologismo globalização (SANTOS, 1994) desconsiderou o território ao asseverar que o mundo é um só. Fiori (2000) sustenta que globalização, de fato, não passa de um neologismo, de uma reedição de muitos credos liberais pós-iluministas, que teriam se metamorfoseado para a linguagem do final do século XX e, dessa forma, nada trazem de novo.

Porém, como as tecnologias de informação e telecomunicações permitem a cobertura instantânea de todo espaço planetário, cria-se o imaginário do território único, do território global (FERRARA, 2002) que sustentam a crença da globalização, e tal onda homogeneizadora não lhe deixa escapar nada, e em especial inicia a sua varredura pelo próprio espaço territorial. Reis (1988) situa o discurso neoliberal de construção de um espaço global homogêneo, ou como ele chama de lugares indiferenciados, como um espaço onde se realiza a acumulação de capital.

Milton Santos (2002) aceita, da mesma forma, a presença dominante dessa forma de organização espacial, entretanto, identifica que ela retrata um entre dois tipos de relações presentes nos e entre os territórios. Essa primeira ele chama de relações verticais, ou verticalidades, que ligam pontos planetários em rede - os seus chamados espaços globalizados, normalmente as grandes metrópoles - que encerram relações de poder, distantes, virtuais, porém impiedosas e inescapáveis. Mas, por outro lado, o autor identifica uma resistência a esse fluxo, as relações horizontais, ou horizontalidades, que denotam proximidades, contigüidades, laços intensos, baseados na cultura, nas trocas econômicas próximas, na solidariedade. São relações que escapam ao arrastão global – aparentemente onipresente e onipotente - e lhe resistem. Se as verticalidades exprimem forças centrífugas, que desconfiguram e descaracterizam os lugares, que levam tudo e todos para o não-lugar, as horizontalidades fundam-se sobre forças centrípetas, que trazem as pessoas, os fluxos, as trocas e as relações para o centro, para o lugar.

As ações em rede podem, desse modo, ser vistas como promotoras de desenvolvimento nos territórios. As redes são atravessadas por recortes horizontais e verticais, por forças centrífugas e centrípetas que se entrecruzam no território, por isso a dinâmica das redes tem homologia com a dinâmica social - entendida como econômica, política e cultural - do território. A dinâmica do território é, portanto, categoria privilegiada para análise do desenvolvimento, pois é onde se materializam as contradições (políticas, econômicas, culturais) do global-local, que alimentam e são realimentadas pelas dinâmicas das redes interorganizacionais, inclusive as solidárias (GOULART, 2006).

Reis (1988) indica que o território é uma categoria importante de entendimento do que ele chama de desenvolvimento local, uma vez que os modelos centralizados de desenvolvimento esgotaram-se rapidamente, antes mesmo do final do século XX, tendo sido eficazes, ao menos simbolicamente, apenas durante os trinta gloriosos anos do capitalismo pós-guerra.

Almeida (2002), do mesmo modo, aponta que a noção dominante de desenvolvimento o reputava como uma necessidade universal, que é bom para todos os lugares: seria um “modelo idêntico que se propaga em detrimento de todas as diferenças de situação, de regime e de cultura” (p.23). Ou seja, a lógica desenvolvimentista, que continua perpassando a idéia de globalização, precisa da *indiferenciação* do território para afirmar-se e ser reconhecida como norma universal. Entendido o primeiro efeito

dessa ideologia – ou imaginário (FERRARA, 2002) - da globalização sobre o território, Milton Santos fala do retorno, e se refere à sua redescoberta como categoria teórica e empírica imprescindível para o entendimento da dinâmica social.

É no lugar que se constrói a relação política dos atores, as suas discussões, as suas construções, seus dissensos. O não-lugar globalizado é impermeável à política, pois não há nada em discussão, tudo está dado e só cabe seguir o fluxo; o consenso é universal, dado que seria irreversível, inescapável.

Tal construção de um espaço global único, ao qual se opõe a solidariedade local, é absolutamente parcial e intencional, não ocorre como um processo natural de organização econômica espontânea, como quer fazer crer a ideologia neoliberal. Fiori (2000) ajuda a reconstruir a idéia de território ao afirmar, revendo os teóricos clássicos do capital, que:

[...] o território é uma questão que não conta na teoria do capital, nem na difusão do mercado. Mas o que a história demonstrou é que território, jurisdição política, e Estado contam muito na distribuição da riqueza mundial. (FIORI, 2000, p.61).

Ou seja, se a produção e a distribuição das mercadorias e serviços, se os fluxos financeiros são globais e não conhecem fronteiras e territórios, a pobreza tem geografia, tem espaço próprio definido dentro do globo. Se a riqueza pode passear pelo globo, a pobreza não pode. Se a identidade da riqueza dos capitais voláteis é impessoal, a pobreza não o é. A pobreza fixa a pessoa ao território, portanto o território importa. Mas não se precisa dar ao território, como categoria analítica, unicamente o recorte normativo dos limites legais e econômicos. O próprio enfraquecimento do Estado, trazido pelo discurso neoliberal, fragmenta e fragiliza o aspecto normativo do território, e o canaliza para o debate inócuo do local-global, já discutido anteriormente neste capítulo.

O desenvolvimento territorial, na idéia de Schneider e Tartaruga (2005), se constrói a partir da participação das pessoas, como sujeitos políticos do território, territorialmente localizados, territorialmente ligados e identificados entre si. Onde as relações entre as pessoas influenciam-se reciprocamente está presente uma relação política, de poder e de influência mútua que caracteriza uma unidade territorial que, por sua vez, permite uma investigação empírica.

A abordagem territorial do desenvolvimento aqui proposta quer se afastar da função de suporte do território, onde ele simplesmente fornece elementos naturais para os processos de desenvolvimento, para entendê-lo como um condicionante da ação dos atores sociais que o ocupam, ou, em outras palavras, como um molde das ações sociais nele observadas (PECQUER, 1992). Os territórios identificam-se também por serem espaços organizadores de funções econômicas, ou seja, por iniciarem, desenvolverem e potencializarem processos relacionais de estruturação produtiva, originando materialidades econômicas particulares, em cujo contexto de funcionamento as interferências de ordem local podem ser significativas (REIS, 1988, p.128).

Ou seja, o território não se resume a uma paisagem, mas é um espaço social estruturado e estruturante das relações que nele se verificam. Reis (2005) indica que os atores sociais, como sujeitos de racionalidade e de ação estão condicionados pelos territórios. O que se pretende ressaltar é a não neutralidade do espaço como uma paisagem de elementos naturais e objetos técnicos apolíticos.

Dito de outro modo, no território acontecem trocas materiais e simbólicas por ele influenciadas, não meramente suportadas. Por conta da presença desses processos

relacionais, econômicos, políticos, organizadores da vida coletiva, o território, ou local, é um espaço privilegiado para a análise das relações de poder.

Uma análise mais detalhada, mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território. Tanto a governança como a participação passam a ser entendidas como de fundamental importância para determinar o novo papel das organizações e instituições locais. [...]Governança local e participação social tornam-se, nesse sentido, atributos do desenvolvimento territorial (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2005, p.12).

Isto é, desenvolvimento territorial é desenvolvimento da cidadania e da participação, do diálogo entre sujeitos políticos, da revitalização do tecido social. A perspectiva do desenvolvimento vista a partir do território tem, conforme Reis (2005), praticidade operacional e utilidade prospectiva, o que permite a análise do que ele chama de polimorfismo dos processos desenvolvimento, isto é, a diferenciação dos processos de desenvolvimento nos diferentes territórios, em contraposição à idéia hegemônica de um curso único e natural de desenvolvimento presente no discurso neoliberal. Tal idéia é central para as análises empreendidas no final desta tese.

A diferenciação apresentada entre os processos de desenvolvimento, nos diferentes territórios, refletem as respectivas diferenças entre as estruturas de poder neles verificáveis. É preciso, portanto, para se entender o processo de desenvolvimento de um lugar, identificar as estruturas de poder nele presentes, sua gênese e reprodução, atributos sem os quais a análise é politicamente vazia.

Portanto, o recorte do território para o estudo do desenvolvimento, assim como o recorte político anteriormente sumariado, resgatam a categoria poder e a incluem na pauta de análise. De um ponto de vista analítico, é preciso um veículo empírico onde se manifeste esta construção coletiva, que no caso deste artigo serão os mecanismos de governança, conceito que é explorado na seqüência.

Governança

Milani e Solinís (2002) identificam que o termo governança surgiu ligado à *teoria da firma*, designando coordenações internas e externas que visavam à redução de custos de transação. As reestruturações empresariais criadas como resposta ao declínio do sistema *fordista* de regulação teriam minado as relações hierarquizadas, substituindo-as por articulações de rede, contexto no qual emerge a designação de governança como regulação das relações que se estabelecem nessas redes de empresas.

Ainda na esfera organizacional, mais recentemente o termo governança (ou *governança corporativa*) tem sido usado para designar práticas de transparência da gestão que se alinham a políticas de responsabilidade social empresarial. Tais práticas envolvem o relacionamento da organização com os seus diferentes públicos ou *stakeholders*, como os acionistas e investidores, a comunidade, os empregados, etc. Neste sentido, a governança diz respeito a estratégias de comunicação com os seus públicos, e, em alguns casos, à ampliação da participação de terceiros na gestão privada, como no caso da profissionalização parcial de alguns conselhos de administração de empresas.

Já na esfera pública, tem sido o usado o termo “boa governança” para designar práticas de organização social, desde a sua adoção pelo Banco Mundial nos anos 1980, nas discussões sobre desenvolvimento e combate à pobreza. Tal concepção de governança é produzida na esteira de uma ampliação da participação da sociedade nas

decisões de assuntos de interesse público, mas também sobre um discurso neoliberal de esvaziamento e enfraquecimento do Estado como gestor de políticas públicas. O uso do termo governança no âmbito das concepções de desenvolvimento do Banco Mundial refere-se, tão somente, à administração da organização social naqueles aspectos em que a auto-regulação dos mercados não alcança a todos – justamente por estarem fora do mercado, no caso de extrema pobreza – e que o Estado não se mostra capaz de sanar.

Ou seja, esse conceito de governança é encontrado “[...] frequentemente possuindo uma dimensão normativa e prescritiva [...] perfeitamente complementar à regulação pelo mercado global” (ARTURI e OLIVEIRA, 2002, p.21). Tal questão é retomada com maior profundidade no próximo capítulo, onde se discute sobre diferentes concepções de desenvolvimento.

Coronado (2002, p.94) aponta governança com duas acepções, a primeira tradicional, ligada à eficácia administrativa, que, transposta para o campo da gestão pública, implica em avaliação gerencial das políticas públicas e dos seus resultados. A segunda acepção “[...] incorpora o tema da participação cidadã, da chamada sociedade civil, das redes de interesse estratégico agrupadas em instituições ou em fluxos organizacionais que apenas prefiguram instituições, como é o caso das organizações não governamentais”.

A discussão sobre governança e democracia exige alguns cuidados. Um deles é que não se trata de uma substituição do Estado. Trata-se de incitar o Estado a ser Estado (HERMET, 2002). Há muitas armadilhas em se pensar que o terceiro setor, a comunidade ou a sociedade civil podem fazer melhor o que o Estado está fazendo mal. Cobrar do governo pela prestação de serviços públicos é tentar estabelecer uma relação clientelista de compra e venda de serviços, o que é uma prática de mercado. O que a cidadania exige é a sua influência nas políticas públicas, algo mais abrangente e menos individualista do que um pedido pessoal – ou coletivo – em benefício próprio.

Gohn (2004, p.58) argumenta que, na discussão de governança e democracia,

[...] o princípio que orienta a participação passa a ser ético, ligado à idéia dos direitos sociopolíticos dos cidadãos. A participação passa a ser concebida como intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública.

Este cuidado é necessário porque os estados nacionais já estão bastante enfraquecidos (FORJAZ, 2000; KAZANCZACIGIL, 2002). Para KAZANCZACIGIL (2002) esse enfraquecimento acelera-se nos anos 1990 com a radicalização do neoliberalismo, materializado no consenso de Washington. Não se trata, igualmente, de fazer política sem políticos, pois essas assunções todas trariam danos institucionais irreparáveis.

Um segundo cuidado é que também não se fala da construção de consensos sem conflitos, mas de colocar em discussão o que se quer decidir. O conflito é legítimo no regime democrático, e sinaliza a presença da diversidade e do respeito mútuo. A governança, desse modo, não pode ser tomada como uma estratégia para evitar dissensos, mas deve ser encarada como um mecanismo através do qual são legitimados e postos em debate os posicionamentos diferentes sobre assuntos de interesses coletivos.

Alguns estudos acadêmicos têm feito levantamentos extensos sobre as diferentes aplicações do termo governança, procurando encontrar, nessa miríade de conceitos e acepções, alguns pontos comuns que estão presentes em todas as definições. Dallabrida (2004) faz um desses estudos e evidencia quatro aspectos que aparecem frequentemente relacionados à governança: (i) legitimidade de um espaço público em construção, onde são travados os encontros entre os atores sociais; (ii) uma repartição do poder entre os que governam e os que são governados; (iii) negociação entre os atores sociais,

estabelecendo diferentes formas de redes e seus diferentes mecanismos de regulação; (iv) descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar.

Streit e Klering (2004) fazem levantamento literário que também aponta para quatro características comuns encontradas em quinze diferentes conceituações de governança: (i) existência de estruturas e mecanismos de regulação; (ii) ênfase maior no processo de interação em si, mais do que nos seus próprios resultados; (iii) atuação em redes das organizações e dos atores sociais; (iv) presença de objetivos e guias de ação comuns.

De todas essas revisões, resultaria a idéia aproximada de governança como um mecanismo que busca regular relações entre atores e organizações em torno de *questões públicas* em que o Estado já não monopoliza as decisões - sem, contudo, eximir-se de participar das discussões a seu respeito, não raro coordenando-as. Trata, portanto, da regulação compartilhada de uma esfera pública (GOHN, 2004), uma arena (DE SARDAN, 1995) para discussão da organização e da reprodução social.

Não se poderia encerrar essa breve revisão sem relacionar a governança, como forma de regulação horizontal, com a questão da emancipação e da radicalidade participativa dos atores sociais. Gohn (2004) propõe que se fale não de atores sociais, mas de *sujeitos políticos* que se movem em uma esfera pública onde são responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas que dizem respeito às suas próprias vidas. No sentido da ampliação da participação, a governança se apresenta como uma inovação institucional que busca construir estruturas de decisão diferentes das estruturas organizacionais burocráticas.

Santos (2001) identifica que um dos três conflitos paradigmáticos para a construção de uma utopia transformadora reside em torno das questões de poder e política, que seriam basilares para alavancar os processos de transformação. Em Santos e Avritzer (2004) esse conflito é traduzido para o que eles chamam de *disputa epistemológica* entre a democracia representativa e a democracia participativa. A disputa é entre ver a democracia como forma ou como substância. Como *forma* ela diz respeito a procedimentos, representatividade, institucionalização e apatia política, enquanto que a democracia como *substância* se assenta em práticas políticas a partir de vários espaços sociais, participação efetiva, inovações institucionais, sendo ao mesmo tempo meio e fim.

Santos e Avritzer (2002) sustentam ainda que foi Habermas, ao introduzir o conceito de *esfera pública* - que também inspira as reflexões de Gohn - quem abriu espaço para as proposições contra-hegemônicas de democracia. Na esfera pública a discussão política deveria ser entre iguais, independente das condições que cada cidadão possui nas suas esferas privadas individuais.

Admitidas e valorizadas a participação e as relações horizontais para radicalizar a democracia nos processos de governança, ela passa a ser um veículo emancipatório, seja por ter um valor intrínseco, que pode estar ligado a valores substantivos, seja porque tem um valor instrumental relevante que pode permitir ao cidadão uma participação mais qualificada nas discussões que levem a outras conquistas. A emancipação política das pessoas e a radicalização dos processos democráticos participativos, deve-se ter presente a todo o momento, está estampada no discurso da Economia Solidária e deveria ser perseguida permanentemente nos processos de articulação e gestão das suas redes.

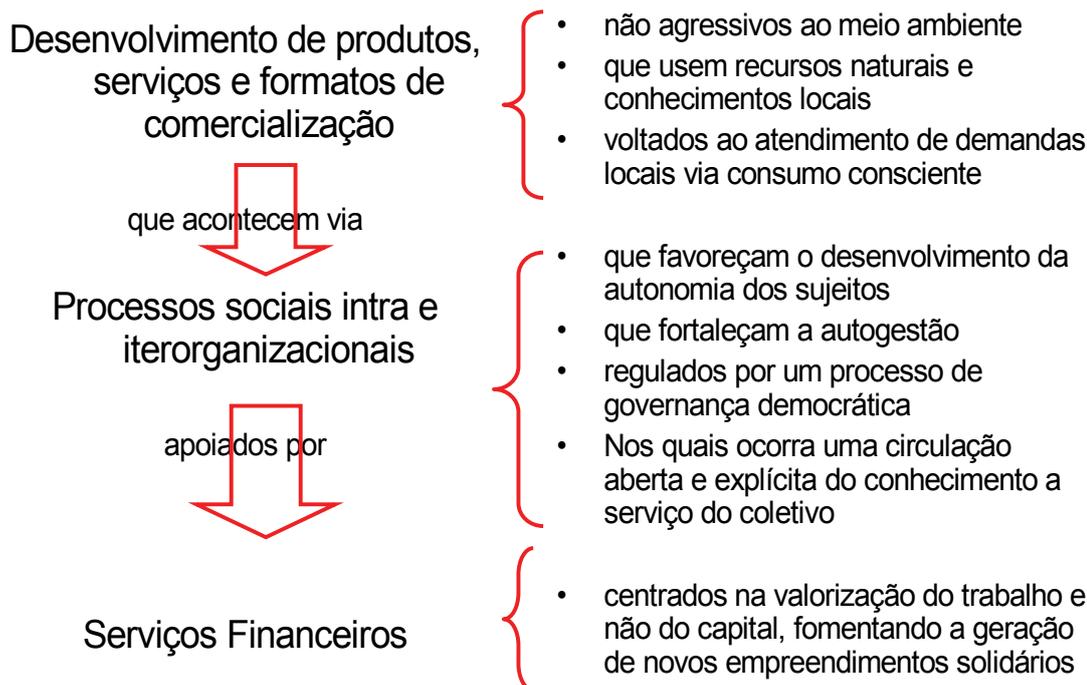
O usufruto da plena condição de *sujeito político* é, portanto, fundamental, para qualificar a participação dos cidadãos e dos coletivos sociais (organizações ou movimentos) nos mecanismos de governança, ou mesmo para colaborar na sua

construção nos espaços políticos onde eles não estão presentes. É apenas essa condição que pode assegurar uma participação não tutelada, portanto não cooptável por qualquer força política que procure monopolizar os espaços de deliberação e decisão.

O modelo proposto

O conceito proposto de Inovação em Economia Solidária, e que se entende que serve de modelo analítico para os trabalhos empíricos no campo dos Estudos Organizacionais, é apresentado a seguir, na figura 1. Ele aponta que o processo de inovação em Economia Solidária tem relação com as idéias-conceito de desenvolvimento, território e governança.

Figura 1: Conceito de Inovação em Economia Solidária



Fonte: elaborado pelos autores

O conceito mostra na parte esquerda da figura uma relação entre o que é feito nos grupos de Economia Solidária, em que base de relações internas e externas, e como é suportado por mecanismos financeiros. Essa não é, obrigatoriamente, uma seqüência mecânica de ações ou uma relação causal direta. Antes, procura identificar que as dimensões organizacional, social e econômica da Economia Solidária deveriam estar integradas.

A idéia do conceito, portanto, repousa em primeiro lugar sobre a quebra da hegemonia das questões econômicas. Elas são importantes, mas só fazem sentido se forem estabelecidas levando-se em conta as peculiaridades organizacionais e sociais dos empreendimentos e da vida que neles se constrói, estando a elas subordinadas. Ou seja, de um lado inovar não significa, *necessariamente*, criar ou desenvolver um produto, serviço, material, estrutura organizacional ou forma de comercialização que redunde em um resultado econômico expressivo para quem inova, deixando de corresponder, obrigatoriamente, à construção de uma vantagem competitiva para determinado grupo.

Por outro lado, a inovação também deixa de ter um caráter instrumental, passando a ter um significado próprio e fundado em valores. Significa mais: uma nova sociabilidade, uma nova forma de interação das pessoas com o seu meio, um caminho

para desenvolver a criatividade, e essas coisas, por si só, possuem valor, porque resignificam a vida, melhoram a sua relação com o meio e exploram novas possibilidades de trabalho.

Já na parte direita da figura, ressaltaram-se as características que devem perpassar as inovações, as relações e os serviços financeiros que compõe o todo da Economia Solidária. Por isso, um quadro inovador deveria contemplar a presença de sistemas financeiros alternativos, como os bancos comunitários e as cooperativas de crédito genuínas, que potencializassem o desenvolvimento das redes solidárias, aumentassem a possibilidade de geração de trabalho e renda dignos e expandissem as possibilidades de se agregar novas pessoas ao circuito de produção e de trabalho.

Mas tudo isso sem que a atividade financeira tenha uma finalidade em si mesma. Ela deveria estar caracterizada como suporte das atividades de produção e serviços, e essas sim possuem finalidades próprias: geram riqueza, geram valor social, dinamizam as práticas sociais, valorizam os saberes locais, enfim, adensam o tecido social apoiadas em serviços financeiros. Por isso a ênfase em que os processos sociais internos e externos aos empreendimentos sejam pautados pela valorização da autogestão, da autonomia, da participação e da horizontalidade. Por isso também a necessidade de se avançar na construção de mecanismos de governança para as redes.

Por fim, os próprios processos internos de produção e prestação de serviços, a atividade fim dos empreendimentos deveria procurar uma articulação com demandas e cadeias fornecedoras locais, de preferência solidárias, que valorizassem os saberes da cultura local e trabalhassem na perspectiva de não esgotamento dos recursos naturais que sustentam a vida do território.

Portanto, o conceito de inovação que brota das pesquisas com Economia Solidária indica uma nova forma de ser e estar no mundo. Indica, antes de tudo, ser ela mesma uma inovação em relação ao modo como acontece a relação entre economia e vida social. Ou, antes ainda, qual é o papel das atividades econômicas em uma sociedade.

O modelo em si é simples e óbvio. Identifica a necessidade das práticas produtivas serem ligadas a capacidades e demandas locais, serem ambientalmente sustentáveis, serem organizados com base em intenso diálogo e participação e apoiados por sistemas financeiros que não sejam um fim em si mesmos. Como proposta conceitual, talvez fosse até questionável do ponto de vista da sua robustez teórica, mas como conhecimento que se aproxima do senso comum, que reflete alguns desejos teóricos que se lê em Economia Solidária, o conceito faz um avanço científico que eu reputo importante, ao tentar entender uma dinâmica social contraditória e complexa a partir de suas práticas.

Mesmo sendo muito simples de se entender; mesmo sendo marcado por características que eu chamaria de utópicas da Economia Solidária - e por isso mesmo, também muito fáceis de serem digeridas intelectualmente; mesmo espelhando valores quase tão universais que são capazes de aglutinar ao redor de si um número expressivo de atores sociais; ainda assim, do ponto de vista da *práxis* social, o conceito é extremamente difícil de ser operacionalizado, de ser posto em prática, de ser observado em ação numa forma conceitual, digamos, pura.

Daí a sua relevância prática como sendo quase uma provocação, uma exortação à Economia Solidária para que ela venha a ser justamente o que se propõe a ser. Os resultados da pesquisa mostraram o quão incipiente ainda é esse esforço do próprio campo e dos agentes, o quão impregnadas pela lógica da eficiência capitalista estão as suas ações, a sua organização e as suas relações intra e interorganizacionais.

Considerações Finais

Este artigo procurou apresentar para discussão um modelo de análise para as inovações em Economia Solidária que também sirva como conceito de inovação nesse campo de estudo. O modelo resulta de um conjunto de reflexões teórico-conceituais que procura articular as noções de *desenvolvimento*, *território* e *governança*, apontando que a construção de inovações está inserida em um projeto político de desenvolvimento que, por sua vez, está intimamente ligado aos mecanismos de poder local que se materializariam – ou não – nas diferentes formas de governança de um dado território. As noções referidas precisaram ser reconstruídas criticamente para se evidenciar a ligação entre elas e o desenho de contexto que essa ligação molda, e que é, por seu turno, o ambiente em que se desenvolvem as experiências de Economia Solidária. A já mencionada complexidade da Economia Solidária como fenômeno organizacional necessita de um quadro de análise igualmente complexo, do ponto de vista da sua estrutura interdisciplinar, daí a relevância do esforço epistemológico empreendido neste trabalho.

O modelo, sem pretender ter validade heurística universal, é suficientemente flexível para considerar as especificidades locais, de caráter cultural, econômico, ambiental e outros, sendo, portanto, passível de ser testado em diferentes contextos e realidades em que se encontram os empreendimentos solidários e as redes de apoio que se formam em torno deles. Novamente, frisamos que a proposta não é um modelo acabado, mas sim um modo de iniciar a construção coletiva de quadro analítico apropriado para a análise das inovações em Economia Solidária.

Nos projetos de pesquisa em que estão envolvidos os autores, o modelo já está sendo testado empiricamente e os resultados serão objeto de outros trabalhos futuros que, ao mesmo tempo em que modifiquem e/ou aperfeiçoem o próprio modelo, tragam interpretações mais completas e robustas sobre tais inovações e as suas implicações na vida dos territórios e comunidades em que acontecem. O desafio às inovações, que já pode ser percebido, é de natureza política, e passa justamente pela participação das pessoas como sujeitos políticos nos processos de desenvolvimento local, que viessem a provocar, criar e instituir mecanismos de governança efetivamente democráticos e participativos.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**, v.4, n.2, abr/jun 2000, São Paulo.
- _____. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. In: ARBIX, G., ZILBOVICIUS, M. e ABRAMOVAY, R. (orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo, EDUSP/UNESP, 2001, p. 165-177.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002, 4ª ed. p.21-29
- ARTURI, C. e OLIVEIRA, R. Introdução. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.11-29.
- BAGNASCO, A. La función de las ciudades en el desarrollo rural: la experiencia italiana. In: **Políticas agrícolas**, México, número especial, 1998.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**, v.1. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000. p.23-128.
- BARTH, J., BROSE, M. **Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Sulina, 2002.

BECKER, D. F. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**, v.1. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000, p. 129-147.

_____. (org). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2002.

_____. **Capital social: uma nova derivação da economia de mercado?** In: CORREA, S. M. S. (org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2003a.

_____. Os primeiros resultados de uma experiência de programa de pesquisa cooperativa e interdisciplinar. In: BECKER, D. F. e WITTMANN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2003b, p.27-33.

BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional: respostas regionais aos desafios da globalização**, v.2, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

BOTAZZI, G. Le développement local ou la remontée du “local”: considérations pour une définition de l’espace local? In: IREPD. **Nouveaux dynamismes industriels et économie du développement**. Grenoble, 1994 (série actes de colloques), p.423-447

BOURDIEU, P. (org). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 1998b, 2ª.ed.

BRAGA, T M. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. In: **Estudos urbanos e regionais**. No. 5, novembro 2001, p. 25-39.

CORAGGIO, J.L.. Las políticas publicas participativas: obstáculo o requisito para el desarrollo local?. In: II Seminário Nacional “Fortaleciendo la relación Estado-Sociedad Civil para el desarrollo local”. Buenos Aires, UNGS, noviembre, 2003. [Anais...] Buenos Aires, 2003, 11p.

CORONADO, K. P. A “governabilidade” na recomposição das relações de atores políticos, grupos intermediários, ONGs e agentes econômicos no México. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.93-120.

DALLABRIDA, V. R. governança territorial e políticas públicas: para a institucionalização de uma prática de concertação público-privada. In: BÜTTENBENDER, P.L., RIGHI, L. (orgs.) Políticas públicas e saúde. Ijuí, editora UNIJUÍ, **cadernos Unijuí**, série Gestão Pública, 3, 2004, p.10-25.

DE SARDAN, J. P. O. **Antropologie et development : essai en socio-anthropologie du chagement social**. Paris, Karthala, 1995.

FERRARA, L.D. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, M. et all (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec, 2002, 5ª. ed.

FIORI, J. L. Utopias e contradições do capital nos tempos de globalização. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, Vozes; Rio de Janeiro, Capina; Salvador, CESE:UCSAL, 2000. p. 39-63.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão : introdução a uma agenda. In : FISCHER, T. (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, Casa da Qualidade, 2002, p. 12-32.

FLEURY, A. e FLEURY, M. T. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo, Atlas, 2000.

FONSECA, P. C. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Porto Alegre, PPGE/UFRGS. Mimeo, Textos para discussão, PPGE/UFRGS, 23p., 2004.

FORJAZ, M. C. S. Globalização e crise do Estado nacional. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n.2, p.38-50, abril/junho 2000.

GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JR., O. Al., RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, S. (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004, p.57-93.

GOULART, . Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. In: **Cadernos EBAPE**. Volume 4, número 3, outubro 2006.

GUEVARA, P. **Corragio, la antropología económica, y los aportes desde una perspectiva de género**. Mimeo, septiembre del 2004, 10p.

HERMET, G. A democratização dos países emergentes e as relações entre o Estado, as OIGs e as ONGs. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.33-46.

HINTZE, S. Capital social y estrategias de supervivencia: reflexiones sobre “el capital social de los pobres”. In: Dañan C. (comp.) **Políticas sociales y economía social: debates fundamentales**. Buenos Aires, UNGS-Fundación OSDE-Altamira, 2004 (colección de lecturas sobre economía social).

KAZANCIGIL, A. A regulação social e a governança democrática da mundialização. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.47-62.

LOTTA, G.S., MARTINS, R.D. Capital social e redes sociais: uma alternativa para análise da política pública de educação em Itapuí-CE In: Encontro Nacional de estudos em gestão pública e governança. Salvador. [Anais...]. Curitiba, ANPAD, 2004, 15p.

MILANI, C., SOLÍNIS, G. Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre, ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002, p.266-291.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Polis – Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESO/FGV, 2001, 40p.

PECQUER, B. **Territoire, terriotrialite et developpement**. Grenoble, IREPD, 1992.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 2000, 2ª ed.

REIS, J.. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N.25/26, Coimbra, Dezembro, 1988, p.127-141.

_____. Uma epistemologia do território. In: **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v.13, no.1, 2005: 51-74.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, Cortez, 2001, 8ª ed.

_____. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 678 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 1), p. 13-27.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, Cortez, 2003.

SANTOS, B. S., AVRITZER, L. Prefácio e Introdução. In: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, 678 p. (Reinventar a emancipação social para novos manifestos: 1), p. 29-78.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo, EDUSP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 174 p.

SANTOS JR., O. A., RIBEIRO, L. C. Q., AZEVEDO, (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro, Revan, Fase, 2004.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: Jornadas de Intercambio y discusión: el desarrollo rural en su perspectiva institucional y territorial. FLACSO – Argentina, Universidad Buenos Aires. [Anais...] 23-24 junio 2005.

SILVEIRA, C., BOCAJUVA, C. e ZAPATA, T. **Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos**. São Paulo, Insituto Polis; Progama Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001, 56p.

STREIT, R. E.; KLERING, L. R. Governança pública sob a perspectiva de sistemas complexos. In: Encontro Nacional de estudos em gestão pública e governança. Salvador. [Anais...]. Curitiba, ANPAD, 2004.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. In: TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** Ijuí, Unijui, 2002, p.113-138.